

# *Economia + Brasil* A volatilidade dos oráculos

Sandra Starling

Mantendo fielmente a velha tradição brasileira de socializar os prejuízos, o governo Fernando Henrique Cardoso lançou, à guisa de "presente" de Natal antecipado, um pacote econômico que, como o próprio ministro Malan já reconheceu, causará recessão e desemprego. A sociedade brasileira está, é óbvio, indignada e surpresa. Indignada porque os custos das medidas incidirão pesadamente sobre a classe média e os trabalhadores, mas não sobre os especuladores que causaram a presente crise. E surpresa porque a equipe econômica sempre nos assegurou, com ares de oráculo infalível, que o Brasil não sofreria um ataque à sua moeda, apesar das inúmeras advertências da oposição e de economistas que o sr. Malan chama de "irresponsáveis".

Agora, os tecnocratas de plantão afirmam, com comovente candura, que o ataque especulativo era "imprevisível" e que "nos pegou a todos de surpresa". Pobres oráculos oficiais! Fizeram tudo direitinho: privatizaram, abriram sem critérios a economia, inclusive para o capital financeiro especulativo, arrebentaram a nossa estrutura produtiva, indexaram a moeda ao dólar, ofereceram a população em sacrifício, porém, mesmo assim, a crise veio. A culpa, insinuam eles, não é nossa, mas, sim, do Congresso Nacional, que não aprovou a tempo todas as reformas. Pois bem, o governo FH, ao adotar essa postura de Pôncio Pilatos perante a crise, renova outra lamentável tradição brasileira: a recusa das nossas autoridades em admitir os seus erros e assumir a responsabilidade por isso.

Quando a economia ia aparentemente de vento em popa, todos assumiam prazerosamente a paternidade pelos supostos acertos e ridicularizavam as previsões "catastróficas" da "oposição jurássica". Hoje, com a crise evidenciando a inviabilidade do modelo implementado, eles, os adivinhos "sérios e responsáveis", fingem que não têm nada com isso.

Contudo, a verdade é que o governo FH errou o seu vaticínio e trabalhou duro para que o ataque especulativo viesse. A necessidade de financiar os crescentes déficits criados pela âncora cambial fez com que a equipe econômica escancarasse as portas para o capital especulativo internacional, atraindo-o com as maiores taxas de juros do planeta, o que, por outro lado, inibiu os investimentos diretos. Com isso, a economia brasileira tornou-se extremamente vulnerável aos humores do capital volátil e os investimentos diretos se limitaram à mera transferência do controle patrimonial de estatais. Não houve geração de estrutura produtiva.

Com o intuito de ocultar a opção preferencial pelo hot money que o atual modelo impõe, o mi-

nistro Malan vem afirmando, com ar grave, que o governo nunca privilegiou o capital volátil e que o nosso país tem recebido vultosos investimentos diretos. Porém, na audiência pública do Congresso, em fins de novembro, o ministro reconheceu, após pergunta por mim formulada, que ele tinha conhecimento dos Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, já assinados pelo Brasil com diversos países (Alemanha, França, Suíça, Reino Unido, Portugal). Ora, tais acordos não permitem que o país receptor dos investimentos possa estabelecer tratamentos diferenciados para as distintas formas de capital e prevêem que as remessas para o exterior de todos os rendimentos gerados pelo capital externo (inclusive os rendimentos financeiros do capital especulativo) são livres e devem ser feitas em moeda livremente conversível e sem demora. Em outras palavras, o Executivo brasileiro vem renunciando, mediante esses atos internacionais, a exercer qualquer controle sobre o capital internacional, inclusive o financeiro.

Outra prova concreta da disposição do governo em assegurar, de maneira "séria e responsável", o livre trânsito do capital estrangeiro

no Brasil, principalmente do financeiro, diz respeito às mudanças introduzidas na tributação das remessas de lucros e dividendos para o exterior. Os bravos economistas do governo FH extinguiram, por meio da Lei nº 9.249, de 1995, a tributação sobre as remessas ao exterior de lucros e dividendos "obtidos no país e destinados

às pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no estrangeiro" (sic!). Como bem observou em recente artigo o sr. Osiris Lopes Filho, ex-secretário da Receita Federal, o "grave e absurdo" desse dispositivo "é que se transfere arrecadação tributária para o Primeiro Mundo", pois tais rendimentos serão tributados integralmente nos países de residência dos responsáveis pelos investimentos. Quanta generosidade! Enquanto isso, a nossa combatida e endividada classe média vai ser obrigada a dar a sua contribuição para a superação da crise com um extorsivo aumento das alíquotas do Imposto de Renda.

Melhor faria o governo se seguisse o exemplo do Chile, modelo de "sucesso neoliberal". Lá, pelo menos, há controles (controles levementes, classificariam alguns) que podem impedir a saída intempestiva de capitais voláteis. Aqui, no entanto, graças à "responsabilidade" e ao notório poder de previsão dos condutores da nossa política econômica, continuaremos a ser reféns da jogatina globalizada.

■ Sandra Starling é deputada pelo PT de Minas Gerais

**A** verdade é  
que o governo FH errou  
o seu vaticínio e traba-  
lhou duro para que o  
ataque especulativo  
viesse.